ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

A - Projeto de Lei nº 01/2016, de autoria dos Vereadores Mauri de Jesus Morais e Fuad Abrão Isaac, dispondo sobre a proibição do comércio e uso de fogos de artifício que produzam estampido no Município de Itapetininga, e dando outras providências. Vista e prorrogação de vista do Vereador Miguel Arcanjo Máximo de Jesus. Vista de autoria do Vereador José Carlos Felipe de Almeida. Vista e prorrogação de vista ao Vereador Itamar José Martins. Substitutivo nº 1, de autoria dos Vereadores Miguel Arcanjo Máximo de Jesus, Marcus Tadeu quarentei Cardoso, Milton Nery Neto, Marcos dos Santos Silvério, Eduardo Vinícius Venturelli de Almeida Prando, Mário Carneiro Neto, Jorge Cândido Ferreira, Selma Aparecida Freitas de Moraes, Denise Franci Martins de Castro, Uanderson Clayton de Oliveira Moreira, Itamar José Martins, Antônio Carlos Marconi, Marcelo Nanini Franci, André Luiz Bueno, Sidnei Teixeira Barbosa, Waldemir de Barros, José Carlos Felipe de Almeida. Vista de autoria da Comissão de Saúde. Prorrogação de vista de autoria da Comissão de Saúde.

B - Projeto de Lei nº 10/2017, de autoria da Chefe do Poder Executivo, institui o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas do Município de Itapetininga e dá outras providências. Parecer da ATJ. Parecer verbal das Comissões de Justiça, Redação e Cultura e de Finanças, Orçamentos e Serviços Públicos. Vista de autoria do Vereador Marcelo Nanini Franci.

C - Projeto de Resolução nº 03/2016, de autoria da Mesa da Câmara, dispondo sobre a criação de 02 (duas) vagas de Assessor Técnico Jurídico do Quadro de Pessoal da Câmara de Itapetininga e dando outras providências. Parecer do ATJ. Pareceres das Comissões de Justiça, Redação e Cultura e de Finanças, Orçamentos e Serviços Públicos.

D - Moção nº 03/2017, de autoria do Vereador Eduardo Vinícius Venturelli de Almeida Prando, solicitando à Prefeita Municipal que seja estudada as possibilidades de incluir ao texto do artigo 20 da lei municipal nº 4.796/2003, a obrigatoriedade de concessão do passe livre aos acompanhantes de portadores de necessidades especiais. Parecer da Comissão de Justiça, Redação e Cultura.

SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

E - Projeto de Lei nº 12/2017, de autoria da Chefe do Poder Executivo**,** autoriza a abertura de crédito especial, e dá outras providências. (R$ 23.000,00 – vinte e três mil reais – no Fundo Social de Solidariedade, para atender despesas do Convênio Polo da Moda com o Governo do Estado de São Paulo). Parecer do ATJ. Parecer da Comissão de Justiça, Redação e Cultura. Parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Serviços Públicos. Projeto já aprovado em 1ª discussão e votação.

F - Projeto de Lei nº 13/2017, de autoria da Chefe do Poder Executivo, autoriza a abertura de crédito especial, e dá outras providências. (R$ 18.000,00 – dezoito mil reais – no Fundo Social de Solidariedade, para despesas do Convênio Escola de Beleza com o Governo do Estado de São Paulo). Parecer do ATJ. Parecer da Comissão de Justiça, Redação e Cultura. Parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Serviços Públicos. Projeto já aprovado em 1ª discussão e votação.

G - Projeto de Lei nº 16/2017, de autoria da Chefe do Poder Executivo, dispondo sobre autorização para abertura de crédito especial, e dando outras providências. (R$ 185,000,00 – cento e oitenta e cinco mil reais – no orçamento vigente, na Secretaria Municipal de Promoção Social – construção de um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS). Parecer do ATJ. Parecer da Comissão de Justiça, Redação e Cultura. Parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Serviços Públicos. Projeto já aprovado em 1ª discussão e votação.

H - Projeto de Lei nº 17/2017, de autoria da Chefe do Poder Executivo, dispondo sobre autorização para abertura de crédito especial, e dando outras providências. (R$ 500.000,00 – quinhentos mil reais – no orçamento vigente, na Secretaria Municipal de Trânsito e Cidadania – aquisição de equipamentos e manutenção do Departamento de Trânsito e Guarda Municipal). Parecer do ATJ. Parecer da Comissão de Justiça, Redação e Cultura. Parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Serviços Públicos. Projeto já aprovado em 1ª discussão e votação.